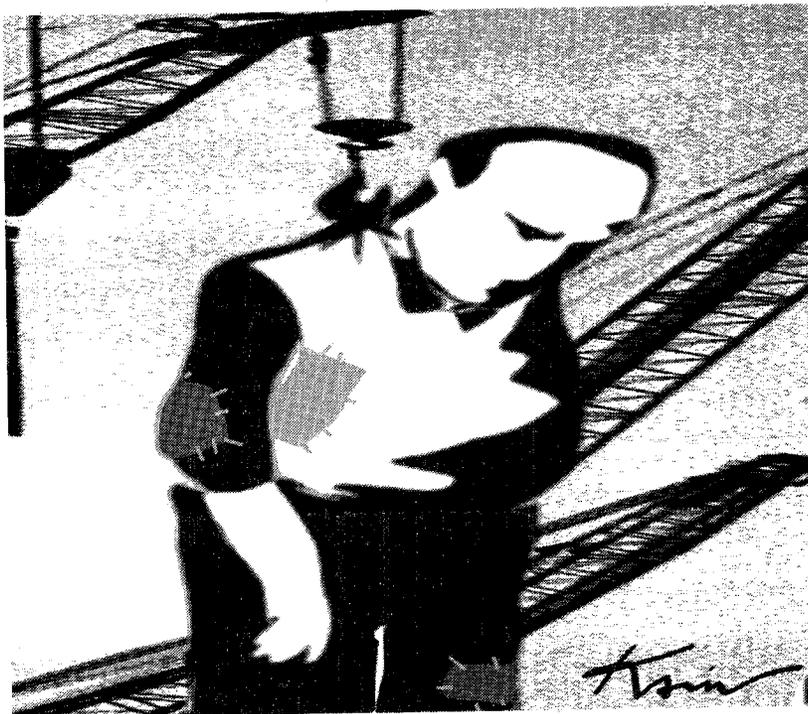


# DESENVOLVIMENTO E ROTINA

Josaphat Marinho

O estudo recente de Celso Furtado, compondo uma página da *Folha de S. Paulo* (13.6), convoca ao reexame do desenvolvimento e da rotina. Cuida, objetivamente, da "reconstrução do Brasil", pensando, sobretudo, no "fator humano". Por isso condena a estratégia do FMI, que se baseia "em um planejamento da recessão", indicativo de conduzir a sistema de "dolarização progressiva". Defende a abertura de frentes de ação que assegurem sempre proteção ao ser humano, a começar pela reversão do "processo de concentração patrimonial e de renda". Conclusivamente realça a necessidade primeira de "enfrentar o problema da fome e da subalimentação da população de baixa renda". Sem ênfase nem ódio, o que aconselha é a mudança de diretriz do governo na linha do bem-estar social.

Ainda há pouco, porém, extremou-se discussão entre a necessidade de desenvolvimento e a conveniência de manutenção de equilíbrio financeiro. Ninguém pleiteia um desenvolvimento com desequilíbrio das finanças, pois tal significaria agravar a desorganização do país. O desenvolvimento ordenado, que tanto e justamente se reclama, promove a melhoria das condições de vida, dentro dos limites econômicos e financeiros possíveis. Busca reduzir as desigualdades, sem pretensão de igualdade fantasiosa. Visa a corrigir as injustiças gritantes, que a teimosia da rotina política e finan-



ceira amplia. O desenvolvimento racional, no sentido de conter privilégios de uns poucos e de alargar benefícios aos muitos que sofrem, concorre para a paz social.

É inútil perseverar o equilíbrio financeiro frio e distante da realidade amarga de toda a população, ou da maioria dela. Quando a massa dos habitantes experimenta a sensação de abandono, ou de subestima, pelo governo, o pretense equilíbrio financeiro é causa de impopularidade crescente. Essa impopularidade não se equipara a descontentamento momentâneo, por motivo político

ou por fatores circunstanciais. Representa o resultado do longo sofrimento da população, cansada de ouvir explicações e de não ver soluções adequadas. É um julgamento coletivo, que não se altera senão diante da mudança profunda, geradora de esperanças convincentes.

Não há sinal, entretanto, desse processo de mudança. As notícias atuais, decorrentes de pesquisas sérias, revelam o agravamento das questões sociais. De um lado, pesquisador da Universidade de Campinas assevera que ocorreu "aumento das desigualdades regionais

nos anos 90 no Brasil". Vale dizer que houve áreas em que se acentuou a pobreza, quando se sabe que em algumas delas parte saliente da população já é de "excluídos", de afastados da vida social. De outro lado, publica-se que representante de Fundo das Nações Unidas considerou "inaceitável" que "cinquenta mil crianças e adolescentes de todo o país trabalham em depósitos de lixo, catando embalagens plásticas, latas de alumínio e restos de comida em busca da sobrevivência" (*A Tarde*, Salvador, 17.6). Não é de surpreender essa verificação, pois constantemente os jornais retratam crianças, adolescentes e adultos sobre os montões de lixo, à procura do que lhes diminuir a penúria.

Essas e outras situações lamentáveis, que se desdobram na ausência de meninos e meninas das escolas, multiplicam-se no território nacional. Urge que a rotina do equilíbrio financeiro seja conjugada a desenvolvimento de justiça social. No instante em que se apuram tantas irregularidades com o dinheiro público, é insustentável retardar uma forma de correção de tais desrespeitos ao ser humano. Não peça o governo a solução aos que criticam, quem detém o poder, e em mandato de reeleição, tem a obrigação de vencer as dificuldades. Para isso é que pediu o voto do povo.

■ Josaphat Marinho, ex-senador, é professor emérito da UnB e da Universidade Federal da Bahia